

# Formação inicial de educadores ambientais: desafios, limites e avanços

## Initial training of environment educators: challenges, limitations and improvements

Ivo DICKMANN<sup>1</sup>  
Larissa HENRIQUE<sup>2</sup>

### Resumo

Este artigo propõe compreender como a temática socioambiental está inserida no processo de formação inicial de educadores nas licenciaturas da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Opta-se metodologicamente pela pesquisa documental e análise de conteúdo das sínteses dos PPCs das licenciaturas, a partir da escolha de unidades de registro relacionadas à dimensão ambiental. Construiu-se um quadro sinótico sobre a temática ambiental nos currículos, com centralidade no curso de Ciências Biológicas, tendo nas outras licenciaturas uma presença esporádica, pontual e acrítica. A pesquisa se referencia na educação ambiental freiriana, que está embasada nas contribuições de Paulo Freire para a Educação Ambiental.

**Palavras-chave:** Formação Inicial. Licenciaturas. Educadores Ambientais. Paulo Freire.

### Abstract

This paper proposes to enlighten about how the social-environmental theme appears in the initial steps of Community University of the Region of Chapecó (Unochapecó graduations). To achieve such task and build a critical analysis, the documental search and Pedagogical Project were used, methodologically selecting the environment issues of those papers, resulting in a synoptic table which shows its presence essentially in Biological Sciences, while in other graduations it was sporadic, punctual and an uncritical perspective. The research is based on the called Freirian environmental education which is grounded in the contributions of Paulo Freire for Environmental Education.

**Keywords:** Initial Training. Graduations. Environment Educators. Paulo Freire.

- 1 Graduado em Filosofia, mestre e doutor em educação. Professor Titular do Mestrado em Educação da Unochapecó. Com dissertação e tese sobre as contribuições de Paulo Freire para a Educação Ambiental. Líder do Palavração – Grupo de Estudos, Pesquisa e Documentação em Educação Ambiental Freiriana. Endereço profissional: Avenida Atílio Fontana, 591 E, Bairro EFAPI, Chapecó-SC. CEP: 89.809-000 Tel.: (49) 3321-8219 Email: <educador.ivo@unochapeco.edu.br>.
- 2 Graduanda em Pedagogia, bolsista PIBIC-UNIEDU, Art. 171, no projeto Educação Ambiental e Formação de Educadores. Membro do Palavração – Grupo de Estudos, Pesquisa e Documentação em Educação Ambiental Freiriana. Endereço profissional: Avenida Atílio Fontana, 591 E, Bairro EFAPI, Chapecó-SC. CEP: 89.809-000 Tel.: (49) 3321-8219 Email: <larissahenrique@unochapeco.edu.br>.

R. Educ. Públ.	Cuiabá	v. 26	n. 63	p. 839-853	set./dez. 2017
----------------	--------	-------	-------	------------	----------------

# 1 Introdução

É na Universidade que ocorre a formação inicial dos educadores em geral e dos educadores ambientais de forma específica; por isso, este texto desafia-se a compreender como a temática socioambiental está inserida nesse processo, partindo do fato de que as referidas problemáticas compõem os temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e são componentes de uma Educação crítica e emancipatória. Cada vez mais faz-se necessário sua inserção de forma direta no currículo das licenciaturas, para que estejam presentes na formação inicial, continuada e permanente dos educadores, habilitando-os para desenvolvê-los na Educação Básica de forma multi, inter e transdisciplinar, devido a sua complexidade.

A partir da necessidade de compreender como o tema ambiental se faz presente na formação de educadores licenciados e dada a importância que a temática tem para a formação docente, visando à problematização do ambiente natural e construído e do entorno escolar, do currículo, da práxis educativa e das políticas públicas, buscou-se analisar as sínteses dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) dos cursos de licenciatura de oferta regular da Unochapecó, fazendo uso das metodologias de pesquisa documental e análise de conteúdo. Para o estudo, foram investigadas as sínteses dos respectivos cursos: Artes Visuais, Ciências Biológicas, Educação Física, Letras, Matemática e Pedagogia.

As interrogações na busca de compreensão do tema; baseiam-se nas seguintes questões: os currículos das licenciaturas da Unochapecó estão orientados para a formação de educadores ambientais? Os educadores-licenciados egressos têm noção da perspectiva de trabalho transversal e interdisciplinar dos temas ambientais? Essas inquietações têm como base de referência teórica o pensamento freiriano, que nos instiga a refletir sobre a situação concreta da formação de educadores comprometidos com a transformação da realidade, com o entorno ecológico das escolas, como nos exorta Freire (2000, p. 67): “A ecologia ganha uma importância fundamental nesse fim de século. Ela tem de estar presente em qualquer prática educativa de caráter radical, crítico ou libertador.” Não se pretende, no entanto, com essa pesquisa, construir uma proposta de reformulação curricular da universidade em foco, mas estabelecer um olhar crítico-reflexivo freiriano sobre o currículo dos cursos de licenciatura no sentido de avaliar como está alocada a dimensão ambiental na formação inicial de educadores ambientais para a Educação Básica (TEIXEIRA; TORALES, 2014).

## 2 Referencial Teórico

Para a análise das sínteses dos PPCs, tem-se como base de referência a afirmação de Freire (2011, p. 25) quanto à relação intersubjetiva e dialógica entre educadores e educandos, no processo formativo: “É preciso que [...] desde o começo do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado.” Assim, o processo de formação de educadores crítico-reflexivos está na linha dos pressupostos teórico-metodológicos sustentados pela pedagogia freiriana, possibilitando a formação de um egresso que vai construir sua práxis em sala de aula referenciada numa releitura da epistemologia de Paulo Freire, via investigação temática, tendo como foco a situação-limite e o inédito viável. Nessa mesma perspectiva, entende-se que o currículo é a base da formação do educador e que, portanto, não surgirão avanços *fora do currículo*, gerando uma *fraqueza* na formação do educador, que está atrelado à organização do poder, correlação de forças econômicas e políticas – aspectos próprios do ambiente escolar concreto (ARROYO, 2015).

A universidade é uma instituição social, historicamente construída em consonância com a estrutura da sociedade em que ela emerge, por isso, a importância de problematizar o currículo da formação de licenciandos, em vista de uma reflexão permanente, no sentido de atender as necessidades da realidade-ambiente atual, o que implica em pensar sobre os conflitos sociais, culturais, políticos, econômicos, tecnológicos e ambientais nos quais a universidade está inserida hoje. Segundo Guerra e Figueiredo (2014, p. 111): “A ambientalização curricular compreende a inserção de conhecimentos, de critérios e de valores sociais, éticos, estéticos e ambientais nos estudos e currículos universitários, no sentido de educar para a sustentabilidade socioambiental.” Percebe-se que há a necessidade da ambientalização dos currículos das licenciaturas para promover a construção da identidade de educadores ambientais, preparando-os para uma práxis pedagógica no viés da cidadania planetária, que na relação com os educandos desperta a capacidade crítico-reflexiva para as questões da sustentabilidade socioambiental (GADOTTI, 2009). Segundo Carvalho (2013), a identidade de educador ambiental e a adesão aos valores ecológicos são uma orientação possível para a vida pessoal e coletiva, nem sempre autoevidentes, sendo uma opção e não uma imposição, nos tensionamentos permanentes da formação de subjetividades “[...] e aí entra o papel da escola e do educador que é um formador de opinião na batalha das ideias que atravessa nossa sociedade todo o tempo” (CARVALHO, 2013, p. 119).

Para Lopes e Zancul (2011, p. 2), o “[...] binômio produção-consumo do atual modelo de desenvolvimento econômico provoca tanto a degradação ambiental, pela crescente pressão que exerce sobre os recursos naturais, quanto a perda da qualidade de vida da sociedade.” Na mesma perspectiva, Leff (2002) afirma que essa acumulação de capital e as formas de consumo presentes na sociedade; vêm esgotando os recursos naturais, causando, além de outros problemas, a deterioração dos solos e a incapacidade de reestruturação natural dos ecossistemas, compreendendo que vivemos em uma crise ambiental, social e econômica – crise civilizatória – em que os valores éticos estão se perdendo, ou sendo substituídos, e que essa nova forma de organização da vida e da produção se orienta com base na maximização do lucro.

Nessa linha de pensamento, encontra-se na Educação Ambiental crítica à possibilidade de desenvolver nos educadores e educandos, por meio da ambientalização curricular, um conjunto de conhecimentos e inquietações na busca de valores e atitudes necessários para lidar com os problemas socioambientais do entorno da escola e da vida dos educandos, estimulando uma mudança de comportamento na sociedade, tornando-a participativa, coletiva, cooperativa, colaborativa e comprometida com a transformação da realidade-ambiente e, assim, promovendo uma melhoria da qualidade de vida, como nos questiona Freire (2011, p. 134): “Como ensinar, como formar sem estar aberto ao contorno geográfico, social, dos educandos?”

Segundo Carvalho (2008), por sua dimensão político-pedagógica, a Educação Ambiental pode ser definida como uma educação crítica voltada para uma cidadania expandida que inclui como detentor de direitos a integridade dos bens não renováveis, a gestão pública dos bens naturais relativos à existência humana e dá condições para a formação de sujeitos com capacidade de identificar os conflitos socioambientais e se posicionar em relação a eles. Por sua vez, Loureiro (2009, p. 23-24) fala de uma Educação Ambiental brasileira identificada com a “[...] transformação social inspirada no diálogo, no exercício da cidadania, no fortalecimento dos sujeitos, na superação das formas de dominação capitalista e na compreensão do mundo em sua complexidade e da vida em sua totalidade.”

De acordo com Souza (2016), a Educação Ambiental pode estar voltada para a cidadania ou para o mercado, dependendo das relações que as instituições de ensino superior estabelecem com os interesses do capital, influenciando a formação inicial dos educadores ambientais numa perspectiva de crítica ao sistema ou de adequação, retardando o enfrentamento e superação dos problemas socioambientais. Além dessa relação conflituosa entre a sociedade e o mercado, há outro aspecto a considerar, como problematiza Reigota (2008, p. 61), ao afirmar que a Educação Ambiental no Brasil “[...] é conhecida pelo seu engajamento

político na construção de uma sociedade justa, sustentável e democrática [...]”, porém, a atitude dos educadores ambientais tem sido de silêncio diante das grandes questões socioambientais dos últimos anos, seja por estarem ocupando cargos públicos ou por terem seus projetos apoiados financeiramente por empresas estatais – processos esses que atrofiam a criticidade e o desenvolvimento de uma Educação Ambiental cidadã.

Essa concepção de Educação Ambiental crítica e cidadã tem sintonia com a perspectiva pedagógica freiriana no tocante à construção de um currículo ambientalizado, pois significa partir do contexto socioambiental concreto em suas experiências educativas para a constituição de sujeitos-cidadãos via o diálogo problematizador, desde o começo do processo, por meio da compreensão do lugar do ser humano no mundo, “[...] em que se discute o homem como um ser de relações, se chega à distinção entre os dois mundos - o da natureza e o da cultura” (FREIRE, 1986, p. 124).

Essa aceção freiriana, embora anteceda a Teoria da Complexidade, torna-se convergente com o que afirmou Morin (2006, p. 38), quando compreende que o ser humano e a natureza são “[...] inseparáveis constitutivos de um todo [...], interdependente, interativo e inter-retroativo [...]”, ideias essas já presentes em Marx (2004, p. 116), quando afirmou:

O homem vive da natureza, ou também, a natureza é o seu corpo, com o qual tem de manter-se em permanente intercâmbio para não morrer. Afirmar que a vida física e espiritual do homem e a natureza são interdependentes significa apenas que a natureza se inter-relaciona consigo mesma, já que o homem é uma parte da natureza.

Para Leff (2001, p. 237), essa relação sociedade-natureza, numa mudança de paradigma societário e de conhecimento, significa que “[...] a educação converte-se num processo estratégico com o propósito de formar os valores, habilidades e capacidades para orientar a transição para a sustentabilidade.” Essas mudanças nos alertam para reforçar os cuidados com a sustentabilidade do planeta, tendo em vista os sérios problemas de desequilíbrio socioambiental que comprometem a existência da vida, o que implica na responsabilidade ética das ações humanas no mundo, entendendo a realidade como resultado das interações da sociobiodiversidade, numa perspectiva freiriana ético-política de mundo: “O mundo não é. O mundo está sendo” (FREIRE, 2011, p. 74).

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (BRASIL, 2012), é possível e necessário incorporar nos currículos a temática

ambiental e sua inserção pode ocorrer, segundo o Art. 16: a) pela transversalidade, relacionando meio ambiente e sustentabilidade socioambiental; b) como conteúdo dos componentes curriculares já existentes; c) pela combinação dos dois primeiros. E, segundo o Art. 17, isso vai estimular uma visão integrada e multidimensional do meio ambiente; reconhecimento da diversidade e dos múltiplos saberes e olhares sobre o meio ambiente; superação das práticas escolares fragmentadas; cuidado e responsabilidade com as diversas formas de vida; construção da cidadania planetária; além de promover o estudo da natureza em ações pedagógicas que permitam a compreensão crítica da dimensão ético-política das questões socioambientais. Também as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e em Nível Superior dos Cursos de Licenciatura (BRASIL, 2015) sinalizam que o processo educativo se estabelece na relação criativa entre natureza e cultura, devendo contemplar sólida formação teórica e interdisciplinar, na experiência docente e nos diferentes saberes, tendo como princípio as questões socioambientais.

### 3 Metodologia

Compreende-se que ao iniciar o estudo o pesquisador passa por um processo de seleção de alguns elementos para a realização da pesquisa, tais como a escolha de documentos para análise e de um referencial teórico que dê suporte para as opções metodológicas. Além desses elementos, percebe-se que a realização dessas escolhas perpassam pela subjetividade do pesquisador que, pela sua experiência, busca encontrar um método efetivo e adequado para alcançar os objetivos.

Para Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 2) “[...] o direcionamento do tipo de pesquisa que será empreendido dependerá de fatores como a natureza do objeto, o problema de pesquisa e a corrente de pensamento que guia o pesquisador.” Ou seja, essas opções se realizam quando o pesquisador se identifica com um modelo metodológico, domina sua técnica e acredita que ela dará uma contribuição significativa para que as suas interrogações sejam respondidas.

No caso desse trabalho, optou-se por uma pesquisa documental, que se caracteriza por ser “[...] uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referência [...]” (BARDIN, 2009, p. 47). O processo metodológico iniciou-se pela leitura diagnóstica das sínteses dos PPCs dos cursos de

licenciaturas de oferta regular da Unochapecó, as quais possuem de dez a 26 páginas, totalizando 111 páginas que foram analisadas. Como opção para localizar a presença da temática ambiental nos documentos, utilizou-se a análise de conteúdo, que, segundo Moraes (1999, p. 2):

[...] constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum.

O estudo das sínteses dos PPCs foi realizado a partir de uma leitura flutuante que “[...] consiste em estabelecer contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações [...]” (BARDIN, 2009, p. 122), na busca de uma visão panorâmica dos documentos, para que posteriormente pudesse ser feita a seleção de Unidade de Registros (UR), que “[...] é a unidade de significação a codificação e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial [...]” (BARDIN, 2009, p. 130), permitindo, assim, uma análise interpretativa sobre a presença da dimensão ambiental nos currículos das licenciaturas, com vista à reflexão da formação de educadores ambientais. As URs selecionadas para esta pesquisa foram: ambiental, cidadania, consciência ambiental, conscientização, educação ambiental, educação crítica, Freire e sustentabilidade.

No Brasil, muitos pesquisadores utilizam a pesquisa documental e a análise de conteúdo como metodologia para seus estudos; além disso, alguns se dedicam a explicá-las e elaboram diversos artigos com base em suas investigações sobre essas metodologias. O uso de documentos permite fazer “[...] a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros, bem como o de sua gênese até os nossos dias” (CELLARD, 2012, p. 295). Além disso, os documentos são uma “[...] fonte natural de informações a medida que, por terem origem num determinado contexto histórico, econômico e social, retratam e fornecem dados sobre esse mesmo contexto” (GODOY, 1995, p. 22). Por isso, tomamos nesta pesquisa como documentos para análise da formação de educadores ambientais na

Unochapecó as sínteses dos PPCs, por entender que: “Estudos baseados em documentos como material primordial, [...] extraem deles toda a análise, organizando-os e interpretando-os segundo os objetivos da investigação proposta” (PIMENTEL, 2001, p. 180).

A análise de conteúdo também se tornou a opção mais afinada com a proposta da pesquisa, tendo em vista que buscamos captar as questões socioambientais presentes nos currículos das licenciaturas e que nos permitiu mapear a presença-ausência dessa temática transversal na formação inicial dos educadores. Muitos outros estudos já se dedicaram a localizar a presença dos temas ambientais nos documentos curriculares, desde aspectos da educação básica, do ensino superior e da ambientalização dos espaços acadêmicos (GUERRA, 2015; GUERRA; FIGUEIREDO, 2014; 2015; TEIXEIRA; TORALES, 2014; VALDANHA NETO; KAWASAKI, 2013; 2015).

Resultado desse movimento de escolhas metodológicas, o presente texto caracteriza-se como uma pesquisa documental qualitativa via análise de conteúdo, permitindo construir um quadro sinótico do que foi extraído dos PPCs, que, na sequência, foi investigado, tendo como base o referencial teórico da Educação Ambiental Crítica.

## 4 Resultados

Os documentos utilizados para análise deste estudo foram retirados do *site* da Unochapecó, estando disponíveis para *download*, onde os cursos são categorizados entre bacharelado e licenciatura. Partindo de nosso objetivo, que busca compreender como a temática socioambiental está inserida no processo de formação dos educadores, foi realizado um recorte abrangendo somente as licenciaturas de oferta regular, pois isso permite que possamos monitorar em longo prazo – tanto antes como depois dessa pesquisa – como se inserem os temas ambientais nos PPCs das licenciaturas da Unochapecó.

Após efetuar os *downloads*, buscou-se; analisar os documentos com base nas UR que foram selecionadas. Dessa forma, a partir da análise de conteúdo dos documentos, obtiveram-se os seguintes resultados, que estão apresentados no quadro sinótico seguinte:

**Quadro 1 - Resultado da análise de conteúdo das sínteses dos PPCs das licenciaturas**

Curso	Categorias
Artes visuais	Educação crítica (p. 12)
Letras	Freire (p. 5)
Matemática	Cidadania (p. 7), Consciência ambiental (p. 9, p. 10)
Pedagogia	Cidadania (p. 2, p. 9), Educação crítica (p. 3)
Educação Física	Cidadania (p. 4, p. 5), Educação crítica (p. 4, p. 12, p. 17)
Ciências Biológicas	Ambiental (p. 1-2, p. 3, p. 8, p. 12), Cidadania (p. 1, p. 6), Sustentabilidade (p. 2), Educação crítica (p. 2), Conscientização (p. 7), Educação ambiental (p. 9)

Fonte: os próprios autores (2016).

A partir da compreensão de que a síntese do PPC é um documento onde se deve abranger de forma sucinta os principais e mais importantes pontos e assuntos que há no documento integral, percebe-se, a partir desse estudo, que a temática socioambiental nos PPCs das licenciaturas de oferta regular da Unochapecó está presente de forma esporádica, sendo que, em alguns, as categorias que foram elencadas para o estudo aparecem somente uma vez e de forma breve e pontual. Entre as seis sínteses analisadas, duas delas apresentaram alguma categoria de análise apenas uma vez (Artes Visuais e Letras). No curso de Artes Visuais a categoria encontrada foi educação crítica, referente ao grupo de pesquisa *Arte, Visualidade e Cultura*, que, por meio da linha de pesquisa: educação, teoria e crítica da arte e Poéticas Visuais, se propõe a investigar a contribuição da teoria crítica para reflexão sobre os problemas educacionais e da formação cultural contemporânea, além de se aprofundar e investigar as teorias da arte. No curso de Letras encontrou-se uma citação de Paulo Freire (2011, p. 31): “Pensar certo do ponto de vista do professor, tanto implica o respeito ao senso comum no processo de sua necessária superação quanto o respeito à capacidade criadora do educando. Implica o compromisso da educadora com a consciência crítica do educando [...]”, que contribui para a formação ambiental crítica dos licenciados em Letras, partindo do contexto socioambiental e refletindo sobre as atitudes ecológicas dos educadores e educandos.

Dois cursos apresentaram as categorias analisadas três vezes (Matemática e Pedagogia). No curso de Matemática encontrou-se uma vez a categoria cidadania, em que se considera que o futuro educador deve contribuir na formação de sujeitos para o exercício da cidadania, e duas vezes consciência ambiental, sendo que a primeira apresenta a necessidade da realização de projetos de Educação Financeira para a Educação Básica, evidenciando a ética, a consciência ambiental e a responsabilidade, e, na segunda, tem-se o mesmo objetivo que na primeira com relação à educação financeira para a consciência ambiental. No curso de Pedagogia apareceu duas vezes a categoria cidadania. Na primeira, no item missão do curso, foca-se a formação de educadores que possam contribuir para o desenvolvimento do cidadão e da transformação social; e na segunda, visa aproximar o estudante da realidade social, proporcionando aprofundamento temático interdisciplinar, preparando-o para a participação em atividades profissionais e para o exercício da cidadania. E aparece uma vez educação crítica, tendo como objetivo do curso formar educadores com visão global humanística e crítica, preparando-o para as discussões e definições das políticas educacionais.

No curso de Educação Física encontrou-se duas vezes a categoria cidadania, como finalidade curricular focada numa educação para a cidadania, com postura dialógica e ação coletiva, capacidade de intervenção e transformação social; e por três vezes educação crítica, na formação do perfil docente intelectual, reflexivo e crítico, nas experiências pedagógicas, nos processos metodológicos e na participação ativa educador-educando, criando a capacidade para a escuta e a leitura de mundo, em que vive e que atua. A síntese do PPC, ao tratar da gestão do processo pedagógico, toma como referencial a afirmação de Libâneo (2001, p. 3):

Sendo prática social, ela acontece em meio a relação sociais entre grupos, classes, gerações, etnias, crenças. Numa sociedade em que essas relações se dão entre grupos sociais antagônicos, com diferentes interesses, em relações de exploração de um sobre outros, a educação só pode ser crítica, pois a humanização plena implica a transformação dessas relações.

Por último, o curso que mais apresentou resultados, com 11 registros, foi Ciências Biológicas: ambiental quatro vezes; cidadania duas vezes; sustentabilidade, educação crítica, conscientização e educação ambiental uma vez cada categoria. O foco do referido curso tem ênfase na área ambiental, desenvolvendo o conhecimento teórico-metodológico especificamente ligado às questões socioambientais voltadas às demandas regionais. A qualidade do curso está fundamentada em princípios éticos e numa percepção holística e integradora de natureza, que não dissocia a relação ser humano e meio

ambiente, buscando formar educadores como cidadãos comprometidos com a sustentabilidade da sociobiodiversidade e da qualidade de vida no planeta, tendo por base a ética da responsabilidade diante da valorização e respeito de todas as formas de vida.

A missão do curso de Ciências Biológicas é a formação de um educador crítico, reflexivo e ético que articule uma práxis da sustentabilidade, com capacidade de atuar de forma multidisciplinar em atividades de cunho técnico e científico ligadas à Educação Ambiental, por isso, precisa estar em constante atualização, consciente de seu papel de cidadão, atuando com qualidade e responsabilidade em vista da conservação e manejo da biodiversidade e da gestão ambiental.

Os resultados obtidos na análise das sínteses dos PPCs da Unochapecó endossam as pesquisas sobre as práticas ambientais na escola ao longo da história da Educação Ambiental no Brasil. Segundo Teixeira e Torales (2014, p. 129): “[...] o professor é colocado diante de exigências às quais ele responde com dificuldade e para as quais os cursos de licenciatura pouco contribuem.” Para Dias (2003), a Educação Ambiental surge como educação conservacionista, sanitária ou ecológica, centrada na preservação da fauna e da flora – das belezas naturais, o que contribuiu para cristalizar a abordagem naturalista, principalmente, em aulas de Ciências e Biologia. No contexto das primeiras medidas ambientais no Brasil – especialmente a partir do início da década de 1980 – atreladas à preservação do patrimônio natural, como assunto técnico para resolução de problemas, surge a Educação Ambiental, inserida nos setores governamentais e científicos, sob o foco da “[...] conservação dos bens naturais, com forte sentido comportamentalista, tecnicista, voltada para o ensino da ecologia e para resolução de problemas [...]” (LOUREIRO, 2009, p. 81), sendo que essa visão foi incorporada, de maneira acrítica, pelos educadores em geral, começando

[...] ações educativas dualistas entre social e o natural, fundamentadas em concepções abstratas de ser humano e generalistas e idealistas no modo como definem a responsabilidade humana no processo de degradação ambiental. [...] perdendo o sentido de educação como vetor da transformação social e civilizacional (LOUREIRO, 2009, p. 81).

Esse foco corresponde ao tratamento tradicional dos conteúdos voltados ao meio ambiente, na linha da gestão e conservação, preservação dos recursos naturais e construídos pelo ser humano, com algumas indicações de conteúdos no rumo da problematização socioambiental via educação crítica e o exercício da cidadania, tal qual encontrado na análise de conteúdo realizada por este estudo.

Essa análise, embora sendo preliminar, externaliza o déficit da ambientalização dos currículos universitários que prejudica a formação inicial dos educadores ambientais, desqualificando a ação desses profissionais, posteriormente, na escola básica, pois eles são “[...] importantes sujeitos neste processo de inserção da EA –, discussão concernente à ainda comum forma de organização curricular e à ausência ou o tratamento superficial da temática ambiental nestes” (FESTOZO; TOZONI-REIS, 2014, p. 92).

Segundo Guerra e Figueiredo (2014), a ambientalização vem sendo abordada em três dimensões: a questão curricular, nas disciplinas e projetos político-pedagógicos na perspectiva do pensamento complexo, da inter e da transdisciplinaridade; na pesquisa, extensão e gestão ambiental dos *campi* universitários; e na participação cidadã, nas ações individuais e coletivas dentro e fora dos muros da universidade. Para Marcomin e Silva (2009, p. 106), deve-se esperar que a sensibilização acadêmica com relação às questões socioambientais dentro do campus universitário “[...] seja acompanhada de uma gestão adequada, com plena cooperação entre as diversas instâncias e órgãos institucionais, entre decisores e funcionários, docentes e discentes.” Sendo assim, percebe-se que as sínteses dos PPCs das licenciaturas da Unochapecó corroboram a perspectiva histórica de uma abordagem de Educação Ambiental pontual, precisando reformular os projetos dos cursos para uma maior ambientalização do PPC, mas também a universidade precisa incorporar atitudes que extrapolem os currículos para se identificar com a perspectiva crítico-cidadã da Educação Ambiental.

## 5 Conclusão

A partir dos resultados parciais obtidos, tendo a compreensão da importância desse tema na formação dos educadores, que posteriormente estarão nas salas de aula e que precisarão trabalhar de forma efetiva a temática proposta, o que se pode concluir a partir da leitura e análise das sínteses é que os PPCs da Unochapecó não estão elaborados com o objetivo de que os egressos se identifiquem como educadores ambientais, ficando o tratamento dessas temáticas de forma pontual e relegado à iniciativa pessoal de alguns educadores.

A concentração dos temas ambientais em um curso específico demonstra que há uma leitura – mesmo que não intencional – de que essas questões do meio ambiente devem ser tratadas curricularmente nas ciências da natureza, pois são de ordem físico-químico-biológicas, suprimindo sua dimensão sócio-político-cultural. Nesse modo de entender a realidade-ambiente não se consideram os aspectos históricos da relação ser humano e mundo, que nos constituem e que determinam a viabilidade da vida das futuras gerações.

A partir do desenvolvimento da pesquisa, justifica-se trazer considerações indicativas para viabilizar uma maior ambientalização curricular com foco na qualificação da formação inicial de educadores ambientais, para enfrentar os desafios, superar os limites e maximizar os avanços: a) o maior desafio é enfrentar a ausência da temática ambiental nos currículos, desafiando os cursos de licenciatura a incorporar as questões socioambientais como parte integrante do perfil do egresso, o que se faz hoje de forma lenta e insatisfatória, para constituir a identidade do licenciado como educador ambiental; b) o principal limite é a ampliação de temas ligados à relação ser humano e meio ambiente no processo formativo dos licenciados, superando a lacuna na formação específica, que hoje é pouco expressiva, desses futuros professores como educadores ambientais; c) o grande avanço é que já está demonstrada a viabilidade de um curso com ênfase predominante nas questões socioambientais, que maximiza aspectos éticos, políticos e científicos, na perspectiva da cidadania planetária, relativos à constituição de um profissional com competência técnico-pedagógica para ser educador ambiental.

## Referências

ARROYO, M. Os movimentos sociais e a construção de outros currículos. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 55, p. 47-68, jan.-mar., 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 2 de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Presidente em exercício: Paschoal Laércio Armonia. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 jun. 2012, n. 116, Sec. 1, p. 70.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 2 de 1º de julho de 2015. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Gilberto Gonçalves Garcia. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 02 jul. 2015, n. 1, Sec. 1, p. 8-12.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. O sujeito ecológico: a formação de novas identidades culturais e a escola. In: PERNAMBUCO, M. M.; PAIVA, I. A. (Org.). **Práticas coletivas na escola**. Campinas: Mercado de Letras; Natal: UFRN, 2013. p. 115-124.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 8 ed. São Paulo: Gaia, 2003.

FESTOZO, M. B; TOZONI-REIS, M. F. C. Ambientalização curricular no Ensino Superior: problematizando a formação de educadores ambientais. In: TOZONI-REIS, M. F. C.; MAIA, J. S. S. (Org.). **Educação Ambiental à várias mãos: educação escola, currículo e políticas públicas**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2014.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, M. **Pedagogia da terra**. 6. ed. São Paulo: Peirópolis, 2009.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração em empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, maio/jun. 1995.

GUERRA, A. F. S.; FIGUEIREDO, M. L. Caminhos e desafios para a ambientalização curricular nas universidades: panorama, reflexões e caminhos da tessitura do programa Univali Sustentável. In: RUSCHEINSKY et al.(Org.). **Ambientalização nas instituições de educação superior no Brasil: caminhos trilhados, desafios e possibilidades**. São Carlos: EESC/USP, 2014.

GUERRA, A. F. S. (Org.). **Ambientalização e sustentabilidade nas universidades: subsídios, reflexões e aprendizagens**. Itajaí: Univali, 2015.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Epistemologia ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIBÂNEO, J. C. **A dimensão pedagógica da educação física: questões didáticas e epistemológicas**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 12., 2001, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu, MG: DN CBCE, Sociedade, ciência e ética: desafios para a educação física/ciências do esporte Secretarias Estaduais de Minas Gerais e São Paulo, 2001.

LOPES, T. M.; ZANCUL, M. C. S. **A temática ambiental nos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de São Carlos**.

In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 8., 2011, Campinas. **Anais...** São Paulo: ABRAPEC, dez. 2011.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MARCOMIN, F. E.; SILVA, A. D. V. A sustentabilidade no ensino superior brasileiro: alguns elementos a partir da prática de educação ambiental na Universidade. **Revista Contrapontos**, Itajaí, n. 2, p. 104-117, maio/ago. 2009.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, 1999.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 11. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2006.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 179-195, novembro. 2001.

REIGOTA, M. A. S. Cidadania e Educação Ambiental. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 20, edição especial, p. 61-69, 2008.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, Ano 1, n. 1, julho. 2009.

SOUZA, V. M. Para o mercado ou para a cidadania? A educação ambiental nas instituições públicas de ensino superior do Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21 n. 64, 2016.

TEIXEIRA, C.; TORALES, M. A. A questão ambiental e a formação de professores para a educação básica: um olhar sobre as licenciaturas. **Educar em Revista**, Curitiba, v. especial, n. 3, p. 127-144, 2014.

VALDANHA NETO, D.; KAWASAKI, C. S. “Meio ambiente” é um tema transversal nos documentos curriculares do Ensino Fundamental? **Camine**, Franca, v. 5, n.1, jan./jun. 2013.

\_\_\_\_\_. A temática ambiental em documentos curriculares nacionais do Ensino Médio. **Revista Ensaio**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, maio/ago. 2015.

Recebimento em: 15/05/2016.

Aceite em: 15/09/2016.